

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 202.969 - SP  
(2012/0144122-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : ALL DESIGN LTDA  
**ADVOGADO** : HELDER MOUTINHO PEREIRA E OUTRO(S) - SP163025  
**AGRAVADO** : CARLOS HUMBERTO MONASSI  
**ADVOGADO** : SILVANA MAPELLI PIMONT

**EMENTA**

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 915, 916 E 917 DO CPC/73. ALEGAÇÃO GENÉRICA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. AGRAVO DESPROVIDO.

1. O apelo nobre que possui alegações genéricas de ofensa a dispositivos de lei federal possui deficiente fundamentação recursal, atraindo a incidência da Súmula 284 do STF.
2. Questionamentos relacionados ao dever de prestar contas pela parte ora agravante foram superados pela prolação da sentença que encerrou a primeira fase da ação, que diz respeito à apreciação do próprio direito à prestação de contas.
3. No caso, em relação à segunda fase da ação, as instâncias ordinárias, com base no substrato probatório dos autos, concluíram que as contas não foram prestadas adequadamente. Alterar as conclusões da Corte de origem demandaria o revolvimento fático-probatório dos autos, o que esbarra na Súmula 7 do STJ.
4. Nos termos dos arts. 541, parágrafo único, do CPC e 255, § 1º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, a divergência jurisprudencial deve ser comprovada por meio do cotejo analítico entre os acórdãos considerados paradigmas e a decisão impugnada, com a indicação das circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, o que não se observou na petição recursal. Precedentes.
5. Agravo interno desprovido.

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira (Presidente), Marco Buzzi e Luis Felipe Salomão votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 28 de maio de 2019 (Data do Julgamento)

**MINISTRO RAUL ARAÚJO**

Relator

